



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

310

QUINTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 318281-6

COMARCA: Recife - 5ª Vara Cível

AGRAVANTE: Jaime Ferraz da Mota

AGRAVADO: Paulo de Souza Oliveira

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE QUERELA NULITATIS. VALIDADE DA AÇÃO DE DESPEJO RECONHECIDA. APELAÇÃO RECEBIDA NO DUPLO EFEITO. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO PROVIDO. DECISÃO MODIFICADA.

- Se a apelação da sentença da querela nulitatis, que reconhece como válida a sentença do despejo e a mantém, for recebida no efeito suspensivo, estará descumprindo a regra do inciso V, do art. 58, da Lei nº 8.245/91, segundo o qual "*ressalvados os casos previstos no parágrafo único do art. 1º, nas ações de despejo (...) V - os recursos interpostos contra as sentenças terão efeito somente devolutivo*", pois estará indiretamente concedendo o efeito suspensivo à apelação da ação de despejo.
- Agravo provido. Decisão modificada.

ACÓRDÃO:

Vistos, discutidos e votados estes autos do Agravo de Instrumento, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Quinta Câmara Cível do TJPE, à unanimidade, em dar provimento ao recurso, tudo conforme teor do voto do Relator e notas taquigráficas, que ficam fazendo parte integrante deste aresto.

Recife, 28 de

de 2014.

Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 318281-6

COMARCA: Recife - 5ª Vara Cível

AGRAVANTE: Jaime Ferraz da Mota

AGRAVADO: Paulo de Souza Oliveira

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

RELATÓRIO

RECURSO:

- Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Jaime Ferraz da Mota contra decisão interlocutória (fls. 16-tjpe) proferida nos autos da Ação de Querela Nulitatis nº 0185270-32.2012.8.17.0001 tendo como Autor Paulo de Souza Oliveira, em que o MM juiz da 5ª Vara Cível recebeu a Apelação em seu duplo efeito.

FUNDAMENTOS DO RECURSO:

- Em seus fundamentos, a parte Agravante pugna pela reforma da decisão para que não seja atribuído o efeito suspensivo, determinando o cumprimento imediato do despejo.
- Afirma que o Agravado deixou de pagar o aluguel e os impostos inerentes ao imóvel, causando-lhe um enorme prejuízo e, ainda, esquivou-se para não ser encontrado pelos Oficiais de Justiça. E mais, ajuizou a Querela Nulitatis para protelar seu despejo.
- Assim, pugna liminarmente pela concessão da tutela recursal no sentido de afastar o efeito suspensivo da Apelação e no mérito, pugna pela confirmação da tutela, tornando-a definitiva.

mc (VIII)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

DECISÃO AGRAVADA:

" Ab initio, verifica-se que a sentença de fl. 137/139 revogou tacitamente a tutela concedida às fls. 121/122, a qual havia determinado a sustação do comando sentencial da ação de despejo apensada aos presentes autos e a desocupação compulsória do imóvel objeto da lide.

Isto porque a sentença julgou parcialmente procedente a demanda, determinando tão somente a expedição de novo mandado para desocupação voluntária do imóvel.

Ademais, destaque-se que foram interpostos embargos de declaração, no entanto, estes foram rejeitados.

Desta feita, recebo a apelação em seu duplo efeito, assinando à parte apelada o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar contra-razões.

Decorrido o prazo assinado, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado. ."

PEDIDO LIMINAR:

- Excepcionalmente reservei-me a apreciar o pedido liminar após as contrarrazões.

CONTRARRAZÕES:

- Apesar de devidamente intimado, por hora certa, o Agravado manteve-se inerte, conforme certidão de fl. 301.

É o Relatório. Peço Pauta.

Recife, 16 de

de 2014.

Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

311

QUINTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 318281-6

COMARCA: Recife - 5ª Vara Cível

AGRAVANTE: Jaime Ferraz da Mota

AGRAVADO: Paulo de Souza Oliveira

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

VOTO

Conheço do recurso, porquanto presentes os pressupostos necessários a sua admissibilidade.

Primeiramente, esclareço que o mérito do presente Recurso limita-se a discutir o efeito em que fora recebido o recurso de Apelação na Ação de Querela Nulitatis.

Compulsando os autos, verifico que a ação de Querela Nulitatis ajuizada pelo Agravado teve a intenção de tornar nulo o ato citatório da ação de despejo e a intimação para desocupar o imóvel voluntariamente.

O juiz de piso deu parcial provimento no sentido de reconhecer a nulidade da intimação e determinar uma nova expedição de mandado para desocupação voluntária do imóvel no prazo de 15 dias, confirmando a validade do ato citatório e, conseqüentemente, mantendo a sentença da ação de despejo, a qual já se encontraria acobertada pelo manto da coisa julgada.

Pois bem!

Como se sabe, o recurso de apelação interposto contra a sentença proferida em ação de despejo, ainda que cumulada com cobrança, deve ser recebido somente no efeito devolutivo, nos termos do inciso V, do art. 58, da *mc* (VIII)



312

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Lei nº 8.245/91, segundo o qual "ressalvados os casos previstos no parágrafo único do art. 1º, nas ações de despejo (...) V - os recursos interpostos contra as sentenças terão efeito somente devolutivo".

Ora, se a apelação da sentença da querela nulitatis, que reconhece como válida a sentença do despejo e a mantém, for recebida no efeito suspensivo, estará descumprindo a regra do artigo 58 acima transcrito, pois estará indiretamente concedendo o efeito suspensivo à apelação da ação de despejo.

No caso concreto, os fatos narrados não têm o condão de justificar o recebimento do recurso no efeito suspensivo, cumprindo dar efetividade à regra específica incidente.

Prejuízo verifica-se para a parte Agravante, que se encontra com o imóvel ocupado, sem recebimento de aluguéis e consequentes impostos, mesmo existindo o julgamento procedente e o trânsito em julgado da ação de despejo, enquanto a *querella nulitatis* proposta por suposto vício de citação fora julgada improcedente.

Assim, o correto a se fazer é receber a Apelação da Querela Nulitatis apenas no efeito devolutivo para impedir o descumprimento da regra processual.

Face ao exposto, voto no sentido de dar provimento ao presente recurso, reformando a decisão agravada para receber a apelação apenas no seu efeito devolutivo.

É como voto.

Recife, 28 de

Maio

de 2014.


Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator